



# PREFEITURA DE REGISTRO

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

### 1ª ATA DE JULGAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2020

Aos dezessete dias do mês de março, do ano de dois mil e vinte, às nove horas e trinta minutos na Secretaria Municipal de Administração, reuniu-se o Senhor **CLAUDICIR ALVES VASSÃO (Pregoeiro)**, **DANIEL APARECIDO DOS SANTOS**, **DÉBORA SILVANO DE CAMARGO**, **ELISA CRISTINA DE OLIVEIRA PUPO**, **LUCAS FELIPE FERRAZ**, **MARJORIE YURI TAMASHIRO**, **RAFAEL KAWAN PONSONI DE SOUSA** e **YLANA CAROLINE GONÇALVES MACHADO (Equipe de Apoio)** e **RUBENS MARIANO** (técnico-contábil), nomeados pelo Senhor Prefeito Municipal, conforme Portarias nº 001/2020 e nº 010/2020 de 06/01/2020, para julgamento do recurso e contrarrazão impetrados do **Processo nº 021/2020 – Pregão Eletrônico nº 010/2020** – cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLADOR DE ACESSO PESSOAL DE APOIO E PESSOAL DE FISCALIZAÇÃO**. Aberta a sessão, foi informado aos presentes, que transcorridos os prazos legais, a empresa **GLOBAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE PORTARIA E LIMPEZA EIRELI – ME** apresentou as razões de recurso e **FREEDOM GERENCIAMENTO TÉCNICO DE SERVIÇOS LTDA. – EPP**, as respectivas contrarrazões. Ato contínuo, o Pregoeiro procedeu à leitura e análise do recurso e contrarrazão. O recurso, em suma, demonstra o inconformismo da empresa **GLOBAL SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE PORTARIA E LIMPEZA EIRELI – ME** com as providências tomadas pelo Senhor Pregoeiro durante o transcurso da sessão, sobre o saneamento de eventuais falhas cometidas pela empresa **ASEG PATRIMONIAL SERVIÇOS LTDA.**, e alega que a empresa **FREEDOM GERENCIAMENTO TÉCNICO DE SERVIÇOS LTDA. – EPP** deixou de apresentar “Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda”. Cabe a este Pregoeiro ressaltar que o julgamento foi realizado considerando o recente Decreto Federal nº 10.024/2019, que disciplina novas regras acerca do Pregão Eletrônico. Isto posto, nos cumpre esclarecer que durante análise dos documentos da empresa **ASEG PATRIMONIAL SERVIÇOS LTDA.**, observou-se que esta não havia anexado ao Portal do Compras/BR, os seguintes documentos: 15.2.2. alínea “b” (Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal); 15.2.2. alínea “c” (Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual); 15.2.2. alínea “f” (Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho). Conforme prerrogativa dada pelo subitem 17.9.4. do edital e Artigo 43 § 3º do Decreto mencionado, foi realizada a verificação nos respectivos sítios eletrônicos oficiais, tendo sido constatada a regularidade da empresa. As normas devem ser interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, ou seja, não haveria motivos desta Administração inobservar o disposto no Artigo 43 § 3º e simplesmente INABILITAR uma concorrente, detentora da melhor oferta, sendo que tais documentos podem ser consultados eletronicamente por qualquer órgão ou cidadão. Ora, o intuito é garantir a melhor contratação pelo menor preço. E, com esta concepção, fora solicitada Planilha de Composição de Preços, como documento complementar, já que os valores ofertados foram apontados como inexequíveis pela recorrente, durante a



# PREFEITURA DE REGISTRO

## SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

fase de lances. Ao fixar o prazo para apresentação da Planilha, a empresa se manteve inerte, configurando desinteresse na contratação. Por esta razão, durante a fase de habilitação, a empresa ASEG PATRIMONIAL SERVIÇOS LTDA. foi INABILITADA. O Senhor Pregoeiro, procedeu à análise dos documentos da detentora da melhor oferta subsequente, **FREEDOM GERENCIAMENTO TÉCNICO DE SERVIÇOS LTDA. – EPP**, tendo esta cumprido todos os requisitos de habilitação e envio da Planilha de Composição de Preços, atestando a exequibilidade do valor ofertado. Ao contrário do que alega a recorrente, o recorrido anexou todos os documentos exigidos. A empresa FREEDOM GERENCIAMENTO TÉCNICO DE SERVIÇOS LTDA. – EPP na contrarrazão, apresentou suas alegações, informando o número de protocolo gerado pelo sistema, referente à juntada dos documentos perante ao sistema. Esta Administração norteia-se por princípios da legalidade, da impessoalidade, da finalidade, da segurança da contratação, da moralidade, enfim, demais princípios que são base de qualquer licitação, buscando dar sempre, o tratamento isonômico à todos os participantes. Os atos do Pregoeiro nada mais são do que reflexo do que é devido e permitido por lei. Diante do que fora exposto, encaminha-se este processo à Procuradoria do Município para análise e parecer. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão, cuja ata vai assinada pelo pregoeiro e equipe de apoio.

### **ASSINAM:**

**CLAUDICIR ALVES VASSÃO** (Pregoeiro)

**DANIEL APARECIDO DOS SANTOS** (Equipe de apoio)

**DÉBORA SILVANO DE CAMARGO** (Equipe de Apoio),

**ELISA CRISTINA DE OLIVEIRA PUPO** (Equipe de Apoio),

**LUCAS FELIPE FERRAZ** (Equipe de apoio)



# PREFEITURA DE REGISTRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**MARJORIE YURI TAMASHIRO** (Equipe de apoio)

**RAFAEL KAWAN PONSONI DE SOUSA** (Equipe de Apoio)

**YLANA CAROLINE GONÇALVES MACHADO** (Equipe de Apoio)

**RUBENS MARIANO** (técnico-contábil)